

F
U
M
D
H
A
M



mentos

II

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO
PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA



BRASIL

FUMDHAM*entos* II

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO
PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

BRASIL

FUMDHAMENTOS

Publicação da Fundação Museu do Homem Americano



Diretora Presidente - Niède Guidon
Diretora Científica - Anne-Marie Pessis
Diretora Financeira - Gabriela Martín

Fumdhamentos. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. V. 1, n. 2, 2002.
Conselho editorial Adauto J. G. de Araújo ... et al. - São Raimundo Nonato (PI): FMHA / Centro Cultural Sérgio Motta, 2002.
v.: il., fig., map., fotos, tab.
Anual.
ISSN - 0104 - 351 X
Publicado anteriormente sob o título: "Fumdhamentos. Revista da Fundação Museu do Homem Americano".
1. Arqueologia - Brasil, Nordeste - Periódicos. 2. Pré-história brasileira - Periódicos. I.
Araújo, Adauto J. G. de.
902(81)(05) CDU (2. ed.) UFPE
930.105 CDD (21. ed.) BC-2002-247

Conselho Editorial

Adauto J. G. de Araújo - Fundação Oswaldo Cruz - FUMDHAM.
Anne-Marie Pessis - FUMDHAM, Universidade Federal de Pernambuco.
Armando Souto Maior - Universidade Federal de Pernambuco - FUMDHAM.
Claude Guérin - Centre des Sciences de la Terre, Université de Lyon I, France - FUMDHAM.
Gabriela Martín - FUMDHAM, Fundação Seridó, Universidade Federal de Pernambuco.
José Luiz da Mota Meneses - Universidade Federal de Pernambuco.
Laure Emperaire - Institut Français de la Recherche en Coopération, ORSTOM - France - FUMDHAM.
Martine Faure - Laboratoire d'Anthropologie et d'Ethnologie, Université de Lyon 2 - France - FUMDHAM.
Sílvia Maranca - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP - FUMDHAM.
Socorro Ferraz Barbosa - Universidade Federal de Pernambuco - FUMDHAM.



Todas as pesquisas apresentadas neste volume, assim como a reunião da Associação Brasileira de Arte Rupestre foram financiadas pelo CNPq.

As pesquisas no Parque Nacional Serra da Capivara,
foram parcialmente financiadas pela Embaixada da França no Brasil.



Design Gráfico Elaine Ignácio
Elisabeth Medeiros
Marcelo Dias de Brito e Silva

Endereço:
Fundação Museu do Homem Americano
Centro Cultural Sérgio Motta
64770-000 São Raimundo Nonato - PI - Brasil
Tel.: 55 89 582 1612 - Fax 55 89 582 1656
e-mail: fumdham@terra.com.br

ARTE RUPESTRE NA AMAZÔNIA

Edithe Pereira

Na Amazônia, as pinturas e as gravuras rupestres, apesar de serem conhecidas e objeto de muita curiosidade, são ainda pouco estudadas. Muitos locais são conhecidos hoje através das informações deixadas nas crônicas de viagem de exploradores e religiosos que percorreram a região, principalmente no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

A partir da década de 1950, iniciam-se as pesquisas arqueológicas sistemáticas na Amazônia mas, paradoxalmente, o número de sítios com arte rupestre registrados por estas pesquisas foi bastante reduzido. Este fato é facilmente explicado em vista do direcionamento teórico que conduziu as pesquisas e que privilegiou a cerâmica como o principal indicador arqueológico para a construção de seqüências culturais. Se, por um lado, esta opção deu condições para que se produzisse um amplo conhecimento acerca dos artefatos cerâmicos pré-históricos e das culturas a eles relacionadas, por outro, gerou um enorme vazio no que diz respeito às pinturas e gravuras rupestres da região implicando, conseqüentemente, na criação de mais lacunas no conhecimento da pré-história.

Tal situação é bem refratada no mapa sobre as tradições rupestres no Brasil (figura 1) apresentado por Prous (1992). Neste mapa, a Amazônia não existe, apesar de terem sido registrados na região cerca de 300 sítios com arte rupestre (figura 2) e definida, pelo menos uma tradição de gravuras rupestres - a Tradição Amazônia (Pereira, 1996). No entanto, deste total, somente alguns têm sido objeto de estudo em áreas pontuais da região.

O primeiro projeto voltado para o estudo da arte rupestre na Amazônia data de 1985 e visava o salvamento de sítios arqueológico na região de Boa Vista (Roraima), devido à depredação provocada por visitantes nas pinturas rupestres. Este trabalho registrou 29 sítios, nos quais foram identificados dois estilos de pintura e um de gravuras rupestres (Ribeiro *et al.* 1986, 1987, 1989, 1996).

233

No ano seguinte - 1986 - registra-se a primeira tentativa para dar início ao estudo da arte rupestre no Pará, através do levantamento feito por Mario Consens sobre o potencial arqueológico na região de Monte Alegre. Em seu relatório, publicado em 1988, Consens apresenta comentários gerais relacionados com a técnica, superposição, conservação e aspectos diacrônicos das pinturas rupestres de seis sítios da região (Consens, 1988, 1989). Apesar da potencialidade detectada em Monte Alegre, pesquisas arqueológicas sistemáticas destinadas ao estudo da arte rupestre nesta região só terão início na década de 1990, por Pereira (1992, 1996).

Em 1987, um conjunto de 21 sítios com arte rupestre foi localizado nos rios Uatumã, Pitinga e Santo Antônio do Abonari, como resultado do salvamento arqueológico na área afetada pela UHE-Balbina, no Amazonas. O material proveniente destes sítios foi analisado por Corrêa (1994) que identificou dois estilos rupestres.

Em Rondônia, Eurico Miller identificou a existência de três estilos nas gravuras rupestres dos sítios por ele registrados na região do baixo Abunã e do alto Madeira (Miller, 1992:227).

A partir de 1989, direcionamos nosso trabalho para o estudo das pinturas e gravuras rupestres na Amazônia, particularmente no Estado do Pará, com objetivo de estudá-las *in situ* e sob uma perspectiva arqueológica, de forma a inseri-las como uma das variáveis analíticas na construção da pré-história amazônica. O primeiro passo desta pesquisa foi a realização de um inventário com base em fontes bibliográficas (Pereira, 1990).

¹ Parte deste trabalho foi apresentado no "Simpósio Internacional Amazônia 500 anos", realizado em Belém, no período de 17 a 20 de abril de 2000.

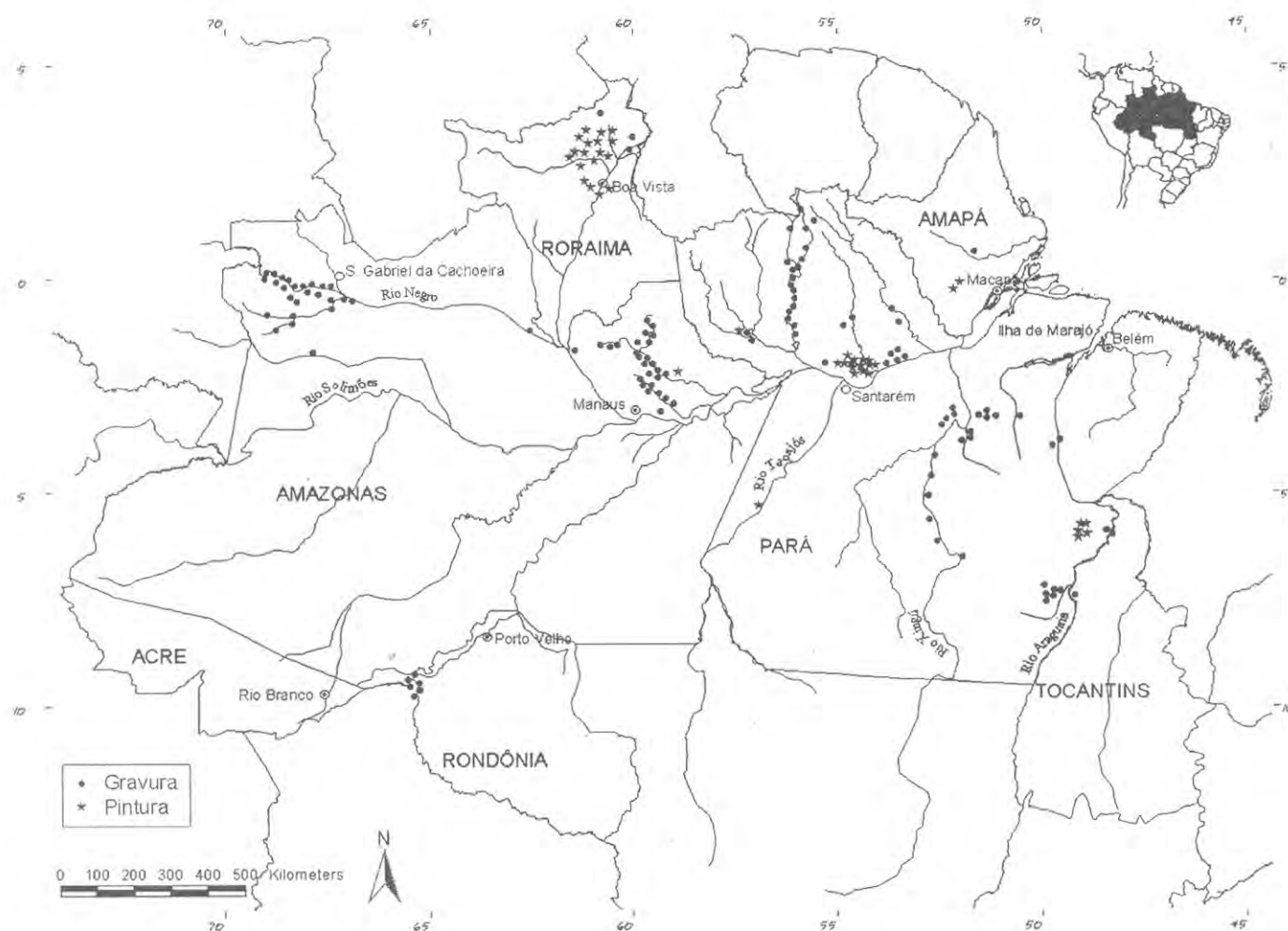
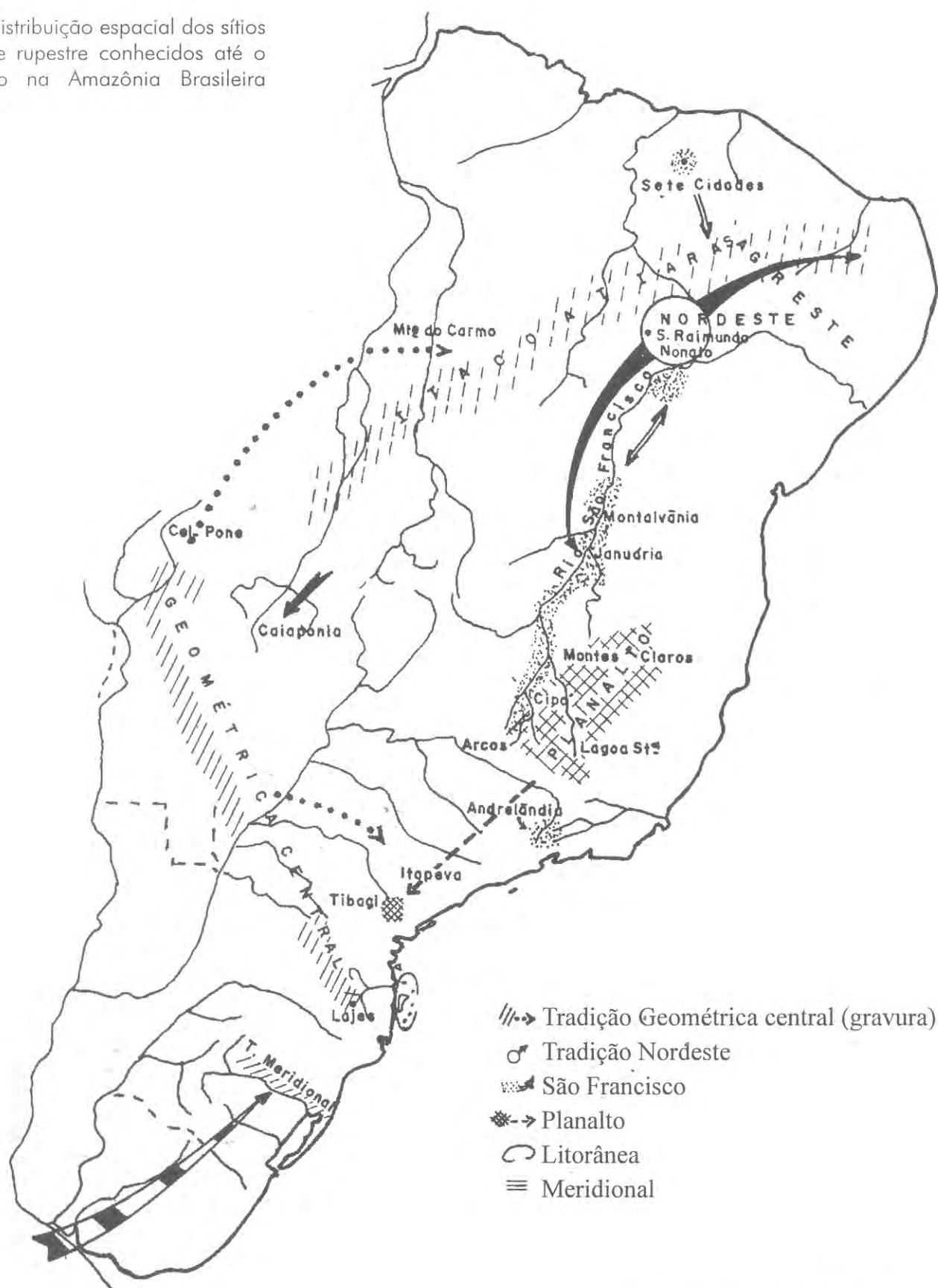


Fig. 1 Mapa rupestre no Brasil segundo Prous (1992)

O passo seguinte foi a escolha de uma área onde a pesquisa nos sítios com arte rupestre seria desenvolvida de forma intensiva. Desta maneira, direcionamos, inicialmente, o trabalho para a região do baixo Amazonas, particularmente nos municípios de Alenquer, Monte Alegre e Prainha. A partir da análise das pinturas e gravuras rupestres desta região, foi estabelecida uma classificação que permitiu identificar dois estilos de pinturas e uma tradição de gravuras rupestres (Pereira, 1996). Esta classificação, além de servir como referencial comparativo para outros conjuntos de pinturas e gravuras rupestres da região, também contribuiu para a formulação de hipóteses quanto à possível relação entre arte rupestre e cultura material (*id. ibid.*). Estudos realizados recentemente em sítios com gravuras rupestres na região do baixo Xingu (Pereira, 2000) têm contribuído com novos dados para testar as hipóteses formuladas.

Ao mesmo tempo em que os estudos sobre a arte rupestre começam a contribuir com uma série de novas informações sobre a pré-história da região, surgem também graves problemas relacionados com a preservação destes sítios na Amazônia. Estes problemas têm, basicamente, duas origens: fatores naturais e fatores antrópicos. Para os problemas de ordem natural (p. ex. cupins, fungos, casa de vespas, intemperismo, queda natural do

Fig. 2 Distribuição espacial dos sítios com arte rupestre conhecidos até o momento na Amazônia Brasileira



suporte, etc.), é possível encontrar, dependendo do agente danificador, soluções técnicas que impeçam a continuação do problema e, em alguns casos, podem até mesmo reverter o dano sofrido. Os problemas de ordem natural, no entanto, não serão abordados no presente trabalho. Nosso interesse são os fatores antrópicos. Pretendemos chamar a atenção para as diferentes intervenções humanas que produziram e produzem algum tipo de dano aos sítios com arte rupestre na Amazônia. Entre os fatores antrópicos, o problema mais comum detectado é o grafite. Todos conhecemos a compulsão humana por assinalar datas e frases do tipo "fulano esteve aqui" ou "fulano ama sicrana", em suportes diversos tais como troncos de árvores, bancos de praça, cabines telefônicas, portas de banheiros públicos, bancos de ônibus. As paredes de abrigos e grutas com pinturas e gravuras pré-históricas infelizmente também fazem parte da lista de suportes grafitados/grafitáveis.

A prática de grafitar em sítios arqueológicos vem de longa data. Provavelmente, o mais antigo grafite deixado nas paredes rochosas de sítios arqueológicos da Amazônia foi feito por visitantes que percorreram a Serra do Ererê, em Monte Alegre, e deixaram registrado, ao lado das pinturas pré-históricas, o ano da sua visita - 1764 - e as iniciais de uma ordem religiosa. Sobre estes grafites, Frederick Hartt (1895:309), que visitou a Serra do Ererê na segunda metade do século XIX, fez as seguintes observações:

"No Ererê encontra-se o symbolo I.H.S. meio obliterado, e a data 1764, (est.4) que evidentemente foram feitos pelos Jesuítas. Estas últimas inscrições são muito recentes e pintadas de um encarnado mais claro sobre a superfície ennegrecida pelo lichen, ou esbranquiçada, de modo a escurecerem as inscrições mais antigas"

Passado mais de um século da visita de Hartt, a inscrição 1764, apesar de bastante desgastada, ainda está legível nas paredes da Serra do Ererê. Já as iniciais I.H.J. desapareceram ao longo dos anos.

236

Em 1877, quando o Padre Nicolino José Rodrigues de Souza passou pela Cachoeira Resplendor, no alto rio Erepecuru, no Pará, deixou registrada, entre as gravuras rupestres desta cachoeira, a inscrição VENIT 1877. Este mesmo local recebeu, em 1925, uma nova inscrição (figura 3), desta vez deixada pelo geólogo Avelino Ignácio de Oliveira (1928).



Fig. 3 Diversos viajantes deixaram marcas de sua passagem entre as gravuras rupestres da Cachoeira Resplendor, no rio Erepecuru. (foto reproduzida da obra A Amazônia que eu vi, de Gastão Cruls).

As gravuras rupestres existem na Serra da Capivara, em Óbidos, também tiveram sua integridade comprometida pela ação humana. A preocupação pelo patrimônio arqueológico neste sítio foi manifestada pelo geólogo Odorico Rodrigues Albuquerque (1922:52) que, entre os anos de 1918 e 1919, visitou a região:

“Não sabemos o valor que podem ter estas inscrições, que tanto podem ser simples garatujas indígenas, como também podem conter futuras contribuições para a História dos primeiros habitantes da Amazônia, que em muitos pontos deixaram evidentes sinais de sua superior cultura sobre o aborígene moderno, (...). Assim, por exemplo, estas inscrições da serra da Escama, ou Óbidos, brevemente terão sua autenticidade comprometida, porque os soldados da guarnição do forte escrevem com o sobre nome nas superfícies disponíveis das lages. Até pouco estas inscrições eram respeitadas e mesmo, referia-me o Sr. Barão de Solimões, que certa vez teve que impedir que um viajante inglês (provavelmente o Sr. C. Barrington Brown) as conduzisse para a Inglaterra, e não vejo motivo para que agora não se continue a guarda-las com o mesmo carinho”.

Além do grafite, tem-se constatado uma série de outras práticas intencionais de destruição que atingem, muitas vezes de forma irreversível, os sítios com arte rupestre. A retirada de lâminas de rocha pintada ou gravada para servir como “lembrança” do lugar; a utilização das pinturas como alvo para a prática do tiro e a intrusão de elementos estranhos ao ambiente do sítio, são algumas atividades que têm provocado danos consideráveis ao patrimônio arqueológico da Amazônia. Vejamos alguns exemplos:

Em Roraima, o principal motivo que motivou a realização do salvamento arqueológico nos sítios com arte rupestre foram as atividades intencionais de retirada de lâminas de rocha pintada e a utilização das pinturas para a prática do tiro ao alvo, principalmente no sítio da Pedra Pintada (Lopes & Kalkmann, 1983). Durante três anos, Pedro Mentz Ribeiro e equipe pesquisaram vários sítios evidenciando o rico potencial arqueológico daquela área.

O sítio Pedra das Arraias, localizado dentro da faixa de servidão da Linha de Transmissão Tramo Oeste, no Pará, foi parcialmente destruído pela retirada intencional de lâminas de rochas contendo gravuras (figura 4). Além disso, a utilização do fogo para a retirada da cobertura vegetal na área de implantação das torres de energia, provocou a desagregação de várias partes da rocha onde estão as gravuras. O trabalho de registro do sítio já foi feito assim como a identificação de problemas de conservação e algumas propostas gerais para a solução destes problemas (Pereira, 2000). No momento aguardamos financiamento da Eletronorte para dar início ao trabalho de conservação, bem como a

Fig. 4 No sítio Pedra das Arraias algumas gravuras foram destruídas devido a retirada intencional de lâminas de rocha (foto: Edithe Pereira)



criação e implantação de um plano de manejo para a Pedra das Arrais.

Em Monte Alegre, no Pará, os sítios com pinturas rupestres são conhecidos e visitados desde o século passado. No entanto, a partir de 1996, quando a região ficou mundialmente conhecida pela antigüidade dos seus sítios arqueológicos (Roosevelt, 1996), houve um enorme incremento no fluxo de visitantes interessados em ver de perto pinturas rupestres feitas pelo homem há mais de 11.000 a.p. O aumento no número de visitantes gerou, inicialmente, um turismo informal onde apenas alguns moradores da região lucravam com a visita aos sítios. Posteriormente, empresas de turismo passaram a incluir os sítios arqueológicos de Monte Alegre nos seus roteiros. A ausência de infra-estrutura nos sítios que permita a visitação pública com segurança, tanto para o turista, quanto para o sítio, a total falta de controle por parte das autoridades municipais e estaduais com relação ao acesso dos turistas aos sítios e a ausência de guias capacitados, são alguns aspectos que têm contribuído para a destruição do patrimônio arqueológico daquela região.

Os principais problemas de depredação nas pinturas rupestres de Monte Alegre são o grafite e a mutilação intencional dos grafismos (figura 5). No entanto, outras formas de destruição também têm sido observadas nesta região. Um exemplo é o sítio Gruta do Pilão (também conhecido como Gruta da Pedra Pintada) onde, há vários anos atrás, uma parte da parede da gruta, que continha pinturas foi destruída (figura 6) pelas máquinas que abriam uma estrada que facilitaria o acesso ao sítio (Pereira, 1999).

No sítio Ilha dos Martírios, no baixo Araguaia, um marco de concreto (figura 7) foi implantado por uma empresa, a menos de um metro de



Fig. 5 As pinturas rupestres do sítio Serra da Lua, em Monte Alegre, estão sendo mutiladas por atos de vandalismo dos visitantes. (Foto: Edithe Pereira).



Fig. 6 Parte da parede de entrada do sítio Gruta do Pilão, em Monte Alegre, foi destruída e com ela várias pinturas rupestres (foto: Edithe Pereira).



Fig. 7 No sítio Ilha dos Martírios, no baixo Araguaia, um marco de concreto foi implantado a menos de um metro de distância de um conjunto de gravuras rupestres (foto: Edithe Pereira).

De uma maneira geral, os sítios arqueológicos na Amazônia têm sofrido diferentes formas de depredação. São bastante conhecidas as escavações clandestinas na Ilha de Marajó, a venda ilegal de peças arqueológicas e a apropriação de material arqueológico por amadores. A depredação dos sítios com arte rupestre vem aumentar a lista dos bens arqueológicos danificados pelo homem moderno.

Ações como estas, descritas nos parágrafos anteriores, configuram-se como uma forma de depredação direta do patrimônio arqueológico. Há, porém, formas indiretas de destruição como é o caso da divulgação prematura de sítios arqueológicos. Gonzáles (1993) considera a difusão individual e difusão institucional como as duas principais formas de divulgação prematura.

No primeiro caso, a difusão é dirigida à promoção pessoal, enquanto no segundo, é direcionada para justificar aspectos da política de gestão cultural ou de política regional. Em qualquer destes casos, a divulgação prematura de sítios arqueológicos - que normalmente conta com a "ajuda" de uma mídia sensacionalista - pode levar à sua degradação antes mesmo que sejam feitos os estudos necessários.

distância de um conjunto de gravuras rupestres (Pereira, 1999a). Recentemente, neste mesmo sítio, um político da região usou as rochas da Ilha dos Martírios como suporte para propaganda política. Ambos os casos foram denunciados ao IPHAN pela Fundação Casa da Cultura de Marabá.

Na Serra das Andorinhas, no Sul do Pará, um sítio com pinturas rupestres - o Abrigo da Neblina - todos os anos é palco de uma festa religiosa. Durante uma semana, romeiros e visitantes acampam no sítio e no seu entorno, cumprindo uma tradição que vem de longa data (Mattos, 1999). A parede do abrigo onde concentram-se as pinturas pré-históricas é a área preferida pelos grafiteiros para deixar seu registro (figura 8).

Fig. 8 As paredes com pinturas rupestres do sítio Abrigo da Neblina, na Serra das Andorinhas, é a área preferida pelos grafiteiros para deixar seu registro (foto: Edithe Pereira).



A difusão institucional parece ser mais perigosa visto que, gestores municipais e estaduais, na ânsia de transformar sítios arqueológicos em pontos turísticos, direcionam seus esforços para uma ampla divulgação e esquecem de criar as condições necessárias para a proteção e visitação adequadas aos sítios. Desta forma, estimula-se um turismo predatório face ao descompasso criado entre o excesso de divulgação sobre sítios arqueológicos ainda pouco ou nada conhecidos do ponto de vista científico e a ausência total de infra-estrutura para a proteção dos sítios e a segurança dos visitantes. O turismo informal e descontrolado passa então a ser um dos principais fatores de destruição dos sítios arqueológicos. A única forma de reverter e até mesmo evitar o surgimento de ações desta natureza, é através de uma série de medidas visando a proteção física dos sítios, e de ações educativas junto à população em geral e, particularmente, àquela que vive próximo aos sítios. A educação patrimonial - termo utilizado para o conjunto de ações que visam sensibilizar a população em geral sobre a importância e a necessidade de preservação do patrimônio cultural - constitui, hoje, em um importante caminho que levará à preservação do patrimônio arqueológico.

Deve-se considerar ainda que, para expor um ou mais sítios arqueológicos à visitação pública, deve existir não somente uma boa infra-estrutura no sítio, mas também na região como um todo. É necessário, portanto, que existam boas condições de acesso aos sítios, transporte adequado, hotéis, restaurantes, guias especializados e material de divulgação (posters, folders, livros, vídeos, etc.). A produção do material de divulgação deve estar atrelada aos resultados de pesquisa, pois a visita ao sítio não deve ser estimulada apenas pela beleza estética do material arqueológico, mas pela importância do sítio (ou sítios) na pré-história da região. Para que isto seja repassado ao público é preciso, antes, investir na pesquisa arqueológica, pois os seus resultados é que serão o maior estímulo à visitação pública dos sítios.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Odorico Rodrigues. Reconhecimentos Geológicos no Valle do Amazonas (campanhas de 1918 e 1919). Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Rio de Janeiro, n. 3, p. 52, 71. 1922. il.

CONSENS, Mario. Arte rupestre no Pará: análise de alguns sítios de Monte Alegre. Dédalo. São Paulo, n. 1, p. 265-278, 1989. il. número especial.

CONSENS, Mario. First rock paintings in Amazon basin. Rock Art Research, v. 5, n. 1, p. 69-72, may, 1988. il.

CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. As gravações e pinturas rupestres na área do reservatório da UHE-Balbina - AM. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994, 187 p. il.

GONZÁLES MORALES, Manoel R. La difusión de los hallazgos de arte rupestre. In: LA PROTECCION y conservación del arte paleolítico. Asturias: Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias, 1993, p. 181-184.

HARTT, Charles Frederich. Inscrições em rochedos do Brasil. Revista do Instituto Archeológico e Histórico Pernambucano, Recife, n. 47, p. 301-329. 1895. Il.

LOPES, Daniel, KALKMANN, Ana Lúcia Maroja. Inspeção arqueológica no sítio Pedra Pintada (RR). Relatório técnico. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi. Inédito. 1983.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos. Os cantos do "Divino da Casa de Pedra". In: BOLETIM Informativo da Fundação Casa da Cultura de Marabá. Marabá: Prefeitura Municipal de Marabá, 1999. p. 6-24. il. Edição Comemorativa 15a aniversário.

MILLER, Eurico Theófilo. Adaptação Agrícola Pré-histórica no alto rio Madeira. In: PREHISTÓRIA Sudamericana; Nuevas Perspectivas. Santiago: Taraxacum, p. 226-227. 1992.

OLIVEIRA, Avelino Ignácio de. Atravez da Guyana Brasileira pelo rio Erepecuru - Estado do Pará - 1925. Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Rio de Janeiro, n. 31, p. 30. 1928.

PEREIRA, Edithe. Análise preliminar das pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, Belém, v. 8, n. 1, p. 5-24. 1992. il.

PEREIRA, Edithe. Viagem à Monte Alegre. Relatório técnico. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi. Inédito. 1999.

PEREIRA, Edithe. Viagem à Ilha dos Martírios, rio Araguaia. Relatório técnico. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi. Inédito. 1999a.

PEREIRA, Edithe. Levantamento e resgate do sítio Pedra das Arraias. Relatório de pesquisa. Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi. Inédito. 2000.

PEREIRA, Edithe da Silva. As gravuras e pinturas rupestres no Pará, Maranhão e Tocantins - Estado atual do conhecimento e perspectivas. Recife. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Pernambuco. 1990. 2 v. il.

PEREIRA, Edithe da Silva. Las pinturas y los grabados rupestres del noroeste de Pará - Amazônia - Brasil. Valencia, Tese (Doutorado) Departamento de Arqueologia e Pré-história, Universidade de Valencia, 1996. 2 v. il.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília: UNB, 1992, p. 509-542. il.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz et al. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil - segunda etapa de campo (1985) - Nota prévia. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 16, p. 5-48. 1986. il.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz, GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini, MACHADO, Ana Lúcia. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil - primera etapa de campo (1985). Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 17, p. 1-81. 1987. il.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz, RIBEIRO, Catarina Torrano, PINTO, Francisca Cira Bezerra. Levantamentos arqueológicos no Território Federal de Roraima - 3ª etapa de campo: 1987. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 19, p. 5-48. 1989. il.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Caçadores-coletores de Roraima. In: PRÉ-HISTÓRIA da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 135-145. il.

RIBEIRO, Pedro Mentz et al. Pitture rupestri nel Territorio di Roraima - Brasile. Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici, v. 2, p. 151-157, 1996. il.

ROOSEVELT, Anna. et al. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. Science, v. 272, p. 373-384, apr.. 1996. il. Lopes e Kalkman, 1983